

Novo curador na Celos

O candidato da Intersindical para membro do Conselho de Curadores da Celos, Isaltino Pedron, venceu a eleição, com 1490 votos. A Intersindical elogiou o processo eleitoral, presidido pelo conselheiro da fundação, Wilson Marcinko, pela lisura e probidade. Segundo o boletim de apuração em segundo lugar ficou Norma Camisão, com 1433 votos, seguida de Édio V. Silva com 386 votos, Nelson Campos (Lages) com 268 votos, Norberto Zanchette (Chapécó) 87 votos. Foram anulados 118 votos.

Planejamento Participativo

O Sinergia realizará na semana do dia 10 de maio o planejamento das suas atividades para o ano corrente, seguindo o Método Altadir de Planejamento Popular. Por este motivo o Jornal Linha Viva não será publicado nesta semana.

De volta à Celesc

No dia 3 de abril, mais cinco leituristas foram reintegrados pela Justiça às suas funções na Celesc. Eles foram demitidos em agosto de 1992 e tiveram reconhecida a garantia de emprego, com pagamento de salários desde a época do seu afastamento.

LINHA VIVA

Nº 225 11/05/93

Reintegrações

Acabou, depois de um ano e cinco meses, a agonia de 112 empregados da Celesc que haviam sido demitidos injustamente. Os trabalhadores absorvidos de cooperativas foram reintegrados aos seus locais de trabalho dia 5, depois de a Celesc e a Intersindical terem chegado a uma solução provisória para a questão.

A empresa recontratou os trabalhadores com um contrato de 90 dias, enquanto se aguarda uma solução definitiva que virá do Tribunal de Contas ou através de lei, segundo compromisso assumido pelo governador Vilson Kleinubing. Todos os encaminhamentos judiciais-trabalhistas continuam em andamento.

Na avaliação da Intersindical, "finalmente a Celesc reconheceu o seu erro e está reparando

uma injustiça". Os sindicatos lamentam, no entanto, que a demora tenha sido tanta, causando um sério problema de ordem social para as famílias que amargaram o desemprego durante este tempo.

Desde as demissão, ocorridas em janeiro de 92, a Intersindical tem reivindicado a reintegração em diversas instâncias políticas e judiciais. O próprio governador, mais de uma vez, se comprometeu a devolver os empregos aos trabalhadores. Mas sempre apareceram "empecilho legais", especialmente no Tribunal de Contas.

Desta vez, porém, a pressão dos demitidos e da Intersindical foi mais forte. Uma série de reuniões com os diretores da Celesc e mesmo com o governador abriram caminhos para a solução. Se a Celesc não adotasse a

solução que adotou - que já poderia ter sido adotada há muito tempo - os demitidos acampariam na sede da empresa até que a coisa se resolvesse. Quando o problema é falta de vontade política, a pressão sempre ajuda...

Ampliando horizontes

O ombudsman da Folha de São Paulo, Mario Vitor Santos, fará uma palestra à convite da Intersindical, dia 18 de maio, em Florianópolis. Ele vai explicar as características da função de ombudsman, sua importância social e política na sociedade. A Intersindical gostaria de criar um cargo como este para a Celesc.

Renovando a Cipa

Até o dia 14 de maio estão abertas, na Divisão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho da Celesc, as inscrições para quem quiser se candidatar a representante dos empregados na Cipa, gestão 93/94. Maiores informações no telefone 31-69-04 ou 31-69-01

Para acabar com problemas

De 24 a 28 de maio se realizará, na Celesc, a Semana Interna de Prevenção em Acidentes do Trabalho, para todos empregados da Administração Central. Na ocasião serão apresentados os resultados do Concurso de Cartazes e de Frases. O logotipo símbolo da semana já foi escolhido: é o trabalho da funcionária Andréa Bilbao Soares (DPOM).

Caras-pintadas voltam à rua

Um dia nacional de paralisação contra o aumento das mensalidades escolares e a falta de qualidade no ensino, levou os estudantes de todo país a voltarem às ruas novamente, esta semana. Nas bandeiras dos adolescentes além do congelamento de mensalidades, lei para reajustes e qualidade no ensino eles são contra as leis de patentes e a privatização do ensino.



Em frente à sede da Celesc, reintegrados comemoram o fim do sufoco. A vitória é parcial

Avança luta pela moralização

No dia 17 de maio começam a ser veiculadas inserções em 20 rádios do Estado sobre a importância da moralização da Celesc. Estas inserções fazem parte da campanha dos eletricitários para manter a empresa fiel aos seus objetivos primordiais. Nesta primeira etapa da campanha serão distribuídos ainda cinco mil plásticos para carros e 90 outdoors, nas cidades pólo catarinenses.

Durante o mês de maio serão chamadas assembleias para avaliar esta campanha e a forma de sustentação financeira para sua continuidade.



O "álbum de fotografias" sobre o sucateamento da Celesc engrossa a cada semana. Neste flagrante temos uma mostra dos "remendos" que a empresa anda fazendo em Sombrio, nos últimos dois meses. No caso, a rede é da Rua Caetano Luz. Em vez de fazer o elo com um fusível a Celesc está usando um arame alegando que não tem dinheiro para investir. Além de energia de pior qualidade, o consumidor corre perigo. Quem responde por mais este "arranjo", que se repete em vários locais da cidade?

Trabalhador já tem seu anuário

Às vezes, numa mesa de negociação, em uma entrevista, no seu dia-a-dia os sindicalistas necessitam de números precisos, indicadores econômicos, sociais e sindicais seguros que embasem suas reivindicações ou posição. Estes números, geralmente, encontram-se dispersos nas mais diferentes fontes e o acesso a eles é demorado. Para cobrir esta lacuna, o DIEESE lançou esta semana, em todo país, o Anuário dos Trabalhadores - 1993.

Num formato prático e de fácil consulta, o livro traz centenas de dados a respeito de salários, evolução dos preços e da renda, alfabetização, mortalidade infantil, mercado de trabalho, mortes em acidentes de trabalho, PIB, estrutura fundiária, dívida externa, e muito mais. O público alvo é o movimento sindical, mas o anuário também interessa aos mais diferentes segmentos da sociedade civil.

O Anuário dos Trabalhadores é um projeto antigo do DIEESE, que só pode ser concretizado agora. As informações constantes do livro são as mais recentes e suas fontes vão desde o próprio DIEESE, passando pelo Ministério do Trabalho, INSS, IBGE até Banco Mundial, BIRD, Sebrae.

O DIEESE fez a primeira edição do anuário em três mil cópias e irá distribuí-lo (um exemplar) para cada sócio do departamento. Quem quiser comprá-lo pode procurar o escritório regional do DIEESE onde está sendo vendido a Cr\$ 150 mil (sócios) e Cr\$ 500 mil (não-sócios).

José Álvaro Cardoso, supervisor do DIEESE/SC, entusiasmado com a receptividade do anuário, diz que não está descartada a produção de um anuário regional, com dados sobre mercado de trabalho e indicadores econômicos, que poderá estar pronto até o ano que vem.

a DEO informou que não havia planos para sua instalação e foi então aprovada sua alienação. Em 1985 ele foi oferecido a 40 empresas e nenhuma quis comprá-lo. Em 1992 foi publicado edital de alienação, mas também ninguém se interessou pelo equipamento e então fevereiro de 1993 foi feito leilão público, em forma de sucata, e o compensador foi vendido para uma empresa paulista.

Esclarecimento

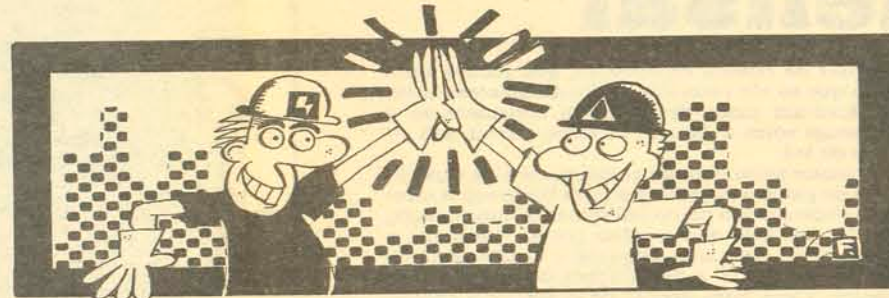
Com referência à nota publicada na edição 223 do Linha Viva sobre a venda de um gerador da Celesc, em Lages, a empresa retifica a nota afirmando que "todo processo de alienação e venda do compensador sincrônico, está farta e adequadamente documentado". Segundo a Celesc o compensador foi encomendado em 1963 e entregue em 1967. Para abrigá-lo foi construído um galpão de madeira com aquecimento artificial de lâmpadas incandescentes. Em 1984

a DEO informou que não havia planos para sua instalação e foi então aprovada sua alienação. Em 1985 ele foi oferecido a 40 empresas e nenhuma quis comprá-lo. Em 1992 foi publicado edital de alienação, mas também ninguém se interessou pelo equipamento e então fevereiro de 1993 foi feito leilão público, em forma de sucata, e o compensador foi vendido para uma empresa paulista.

Surge nova Federação de Urbanitários

Foi fundada, no final de semana que passou, em Pernambuco, a FENADUR (Federação Nacional Democrática dos Trabalhadores Urbanitários). A iniciativa partiu dos 23 sindicatos de urbanitários, eletricitários e de águas e saneamento do país, reunidos no Congresso Nacional dos Urbanitários, que se realizou de 1º a 3 de maio, em Carpina, Pernambuco.

A proposta de estrutura aprovada para a federação rompe com a visão tradicional. Ela terá uma direção colegiada onde quem definirá os rumos da entidade será a representação dos sindicatos de base. A FENADUR irá



fortalecer tanto o Comando Nacional dos Eletricitários como o Comando Nacional de Saneamento e as Intersindicais e será filiada à CUT. No plano de lutas está como tarefa prioritária da entidade "unificar a nível regional e nacional as lutas

dos trabalhadores urbanitários, buscando romper definitivamente com o corporativismo, ligando as nossas às lutas do conjunto da classe trabalhadora e de toda sociedade". Os sindicatos de base encaminha-

ção à curto prazo assembleias gerais para definir a filiação à entidade. Na avaliação dos delegados da Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil o Congresso foi muito bem organizado e democrático, as discussões foram de bom nível como devem ser num encontro de trabalhadores, ressaltando a busca da unidade e da ética no movimento sindical. Segundo os delegados, este congresso permitiu antever que os problemas que ainda existem no movimento sindical podem ser superados.

Boas intenções

Clóvis Scherer
Técnico DIEESE

O Governo Itamar anunciou, finalmente, um Plano. Ele se divide em três partes, uma voltada para o combate à inflação, outra destinada à incentivar alguns setores da economia e mais um Plano de Combate à Fome e à Miséria.

No chamado Plano de Estabilização, o Governo reafirmou a política de combater a inflação com medidas indiretas: corte de despesas das estatais, aumento da arrecadação de impostos, privatização de empresas do setor elétrico e de ações de outras empresas, acordo com os credores externos e rolagem da dívida dos estados e municípios. Além de não terem impacto direto sobre os preços, a maioria dessas medidas depende de terceiros, como o Congresso e os bancos credores.

O Plano define incentivos setoriais com o objetivo declarado de provocar a retomada do crescimento. A agricultura terá recursos para o financiamento do custeio da safra e investimentos, não só para alimentos básicos e de exportação, mas também para os produtores de cana de açúcar e café, no que foi bastante criticado.

O setor da construção civil, além de novas regras para a equivalência salarial, receberá financiamento para moradias para as famílias de baixa e média baixa renda, dependendo da regulamentação do IPMF. A recuperação das estradas receberá recursos do imposto de importação de petróleo. Por fim, o setor de energia elétrica terá recuperação tarifária a curto prazo e privatização, com o objetivo de pagar suas dívidas e investir em usinas inacabadas. A terceira parte do Plano é dedicada ao Combate à Fome e à Miséria.

Numa atitude inédita e inversa ao que se fez até recentemente, o Governo criou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, cuja composição incluirá personalidades representativas da sociedade civil e cujas fun-

ções serão dirigir e gerenciar a execução do Plano. Entre as medidas anunciadas, destacam-se a distribuição de alimentos pelo Sistema Único de Saúde, a construção de 180 mil moradias, a erradicação do trabalho infantil, o pagamento aos aposentados e pensionistas e a descentralização da merenda infantil. Nele o Governo faz uma importante declaração: as prioridades máximas da política econômica são o crescimento e o emprego e o combate à inflação. Mas isto destoa do conservadorismo da política econômica que continuará controlando o déficit público, a emissão de moeda e a taxa de câmbio para diminuir aos poucos a inflação.

O controle do déficit, que é o centro desta equação, será perseguido pelo corte de gastos das estatais e do orçamento. O Governo não falou, em nenhum momento, em medidas que reforcem a fiscalização sobre os sonegadores. Neste esquema, enquanto as finanças públicas não se equilibrarem a taxa de juros deverá permanecer alta, mesmo que em contradição com o discurso do Presidente da República. E que os juros altos tem sido o único fator à segurar a inflação, ao desestimular o consumo e provocar a recessão. O Governo novamente recusou alterar as regras para os preços, mas esta perspectiva deve ser mais forte se a inflação continuar subindo.

Quanto aos salários, o Governo justifica a manutenção da política salarial pela situação da Previdência, mas com isto prejudica também os setores inorganizados da classe trabalhadora. Está mais que evidente que não há



como manter a atual sistemática de reajustes salariais se os preços, e a receita das empresas, são reajustados mensalmente em quase 30%.

Como sempre, a sorte do Plano dependerá das decisões de terceiros e sobretudo da sua implementação pelo Governo. Isto pode ser visto no caso do objetivo de reduzir o déficit público, que dependerá da decisão do Congresso sobre a rolagem dos estados e municípios. Outro exemplo é a regulamentação do IPMF pelo Congresso, que terá a oposição ainda mais feroz dos empresários e que definirá a viabilidade de grande parte das medidas sociais.

Por fim, cabe salientar a dramaticidade do número usado pelo Governo como meta para seu plano contra a fome - 32 milhões de indigentes. Uma sociedade que produz uma estatística desta não pode sequer ser adjetivada de humana, quanto mais de democrática. Os atos do Governo, de colocar o problema no centro de suas prioridades e convidar todos os segmentos da sociedade para a participação no Plano, precisa ser seguido da concretização destas boas intenções.

TRIBUNA LIVRE

A Farsa

Mauro Passos
Presidente Sinergia

Tudo começou na longínqua China. Sentados num restaurante, Collor e um grupo de amigos, entre garfadas, decidiram garfar o Brasil. Para isto, montaram uma farsa do tamanho da Muralha da China. Transformaram um insignificante ex-prefeito, um inoperante ex-deputado, e um péssimo ex-governador em Presidente da República.

Logo depois, perceberam que o Presidente precisava de uma equipe, pois afinal o Brasil não é Alagoas e muito menos Maceió. Para resolver este problema, inventaram o "Bolo de Noiva", em Brasília.

Lá se deu toda preparação para a segunda farsa. Os atores foram escolhidos a dedo. Com algumas defecções (afinal ninguém é perfeito), o "Bolo de Noiva", num tempo recorde, montou uma equipe com perfil adequado para representar a maior peça teatral do mundo, intitulada: "Como Liquidar um País Sem Levantar Suspeitas", que seria assistida, diariamente, por cerca de 150 milhões de espectadores, durante quase três anos.

Um projeto grandioso, como grandiosa era a pretensão de Collor. Felizmente, tudo isto ruíu com a mesma velocidade com que foi criado. Um cidadão chamado Eriberto, um irmão invejoso, e alguns fantasmas distraídos, despertaram a nação para o maior escândalo da História.

Para felicidade geral Collor caiu. Imaginava-se que, por uma questão de princípios e de coerência, os aprendizes de feiticeiro que o bajulavam cairiam também. Infelizmente as lições que o mestre transmitiu foram absorvidas com tanta facilidade que os atores continuam representando num outro palco, para uma outra platéia, como se nada tivesse mudado.

Indiferentes a comentários e pressões de todos os lados, permanecem sentados em suas cadeiras. Alguns, mais inescrupulosos, chegaram até a trocar de partido, mas não tiveram o mesmo desprendimento quanto ao cargo.

Belo exemplo de homens públicos! Pretendem superar o próprio mestre. Fazem da vida uma encenação. A sociedade, atenta, acompanha incrédula tanta hipocrisia e, envergonhada, se pergunta: até quando esta FARSA vai continuar?

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação semanal da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina com tiragem de 7.500 exemplares. Diretor Responsável: Dinovaldo Gilloli. Editores: Gastão Cassel (DRT/RS 6166) e Marli Cristina Scamazzon (DRT/RS4966). Ilustrações Frank Maia. Diagramado e composto na Estação de Editoração Eletrônica do Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis. Impressão: gráfica do jornal O Estado. Redação: rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone: (0482) 22-3866. Telefax: (0482) 23-5596. Telex: 481555. Cartas para a Tribuna Livre não podem ter mais de 30 linhas, e sua publicação fica a critério dos editores. As matérias assinadas não correspondem necessariamente à opinião do jornal.

Ato com 4 mil pessoas exige reajuste mensal

Mittmann, ressaltou a necessidade de organizar e mobilizar os trabalhadores para a revisão constitucional: "São os nossos direitos, aquelas migalhas que entraram na Constituição de 88 que os patrões estão pondo em risco". Mittmann citou a licença-paternidade, a aposentadoria por tempo de serviço e a previdência pública como exemplos de direitos que podem ser subtraídos da Constituição.

O ato contou, também, com a presença de vereadores e políticos de diversos partidos. Estavam lá os deputados estaduais Vilson Santin e Idelvino Furlanetto e a deputada federal Luci Choinaski. Santin prometeu tomar medidas, nesta semana, para saber quanto o governo do estado gastou com o envio da comitiva que acompanhou Vilson Kleinübing a Hannover e Milão - uma multidão de empresários e políticos da União por Santa Catarina, que passaram a semana na Europa procurando o que fazer.

Os discursos de Chapecó enfatizaram, também, a importância da campanha nacional unificada das categorias que têm data-base em maio. A campanha tem três reivindicações básicas: reajuste mensal de salários, direito de organização por local de trabalho e garantia de emprego. Em Santa Catarina, no entanto, a maioria das categorias envolvidas na campanha já fechou acordos com os patrões em abril - restam apenas quatro que ainda têm negociações em andamento.

No palco, revesaram-se também atrações artísticas regionais, como grupos de teatro amador e trovadores. O ato foi integralmente animado por uma bandinha de Quilombo, formada por um gaiteiro, um guitarrista, um contrabaixista absolutamente estrábico e um

baterista de óculos espelhados, que tocava num ritmo que só ele entendia. Os participantes do ato não levaram esses detalhes em consideração e dançaram xotes e vanerões a tarde inteira, sob 30 graus de sol.

O maior agito popular começou às 17h, quando subiu ao palco a cantora nativista Berenice Azambuja, imortalizada como intérprete de uma canção que diz: "É isso que o velho gosta, é isso que o velho quer". Berenice esquentou o fim-de-tarde com vivas à CUT e declarações de carinho pelo público. Uma hora depois de começar a cantar, despediu-se, jogando uma dúzia de rosas para a platéia - sua homenagem ao 1º de Maio. Naquele dia, a Praça Coronel Bertoso foi transformada num pequeno mercado de ambulantes - que aproveitaram a concentração popular para vender picolé, bebidas, broches, documentos partidários e bergamota. Mário Flores, de 12 anos, que vendia picolé desde a manhã, meio chateado por ter que trabalhar no feriado, era um pequeno retrato da recessão.

A CUT já pensa na hipótese de realizar dois ou três atos públicos para comemorar a data em 1994. "A cultura para isto já está consolidada, depois das atividades dos últimos três anos", diz Mittmann. A Central estuda a possibilidade de organizar manifestações em Florianópolis, Araranguá e Blumenau.



CUT comemorou 1º de maio em Chapecó

Aproximadamente 4 mil pessoas participaram do ato de 1º de Maio em Chapecó, segundo avaliação da Central Única dos Trabalhadores. O ato reuniu gente de todo o estado, principalmente agricultores e sem-terras da região oeste, e foi a largada de um processo de mobilização que visa manter e ampliar os direitos dos trabalhadores na revisão constitucional prevista para outubro.

O ato de Chapecó teve menor participação que os de Criciúma (dez mil pessoas em 91) e Joinville (cinco mil em 92). Os quatro mil manifestantes reunidos na Praça Coronel Bertoso desde o início da tarde protestaram contra a recessão e o governo Kleinübing, exigiram reajuste mensal de salários, garantia de emprego, reforma agrária, crédito subsidiado com garantia de comercialização da safra agrícola e direito a organização por local de trabalho.

Discursaram representantes dos movimentos de pastorais da Igreja, do movimento estudantil (convocando a greve nacional marcada para o último dia 4), do Partido dos Trabalhadores (único partido a colaborar com a organização do ato), do movimento sem-terra, e, naturalmente, da CUT. O presidente do PT, José Fritsch, citou informações publicadas na última edição da Folha Sindical em seu discurso: "É uma vergonha que o governo Kleinübing gaste 20 bilhões por mês em publicidade e pague um salário de fome aos professores". O presidente da CUT de Santa Catarina, Ineir



No palanque, revezaram-se sindicalistas, políticos e artistas

Cr\$ 3 bi em 11 dias: a gastança continua

Enquanto o governador Vilson Kleinübing viajava pela Europa na semana passada, num passeio político-turístico por Hannover e Milão, os quatro maiores jornais de Santa Catarina faturavam alto com a conta de publicidade do governo. Em mais uma manifestação de que o governo tem "muito amor por Santa Catarina" e nenhum pelo dinheiro público, em seis anúncios publicados de sábado a sexta-feira, Besc,



Codesc e Celesc desembolsaram pelo menos Cr\$ 1,6 bilhão.

Em 11 dias, desde a publicação das dez páginas de propaganda veiculadas no dia 19, o governo torrou pelo menos Cr\$ 2,8 bilhões - só nos quatro jornais. As cifras são resultado do cálculo das dimensões dos anúncios publicados com os preços cobrados pelos jornais para comerciais indeterminados (sem localização previamente definida). Como o governo é bom cliente, sua propaganda sempre é bem colocada.

O jornal Diário Catarinense, por exemplo, tem o hábito de publicar os anúncios governamentais nas páginas cinco ou sete (que têm preços mais

elevados para comerciais determinados). Sobre o valor de tabela costuma incidir um desconto médio de 20%, também considerado para o cálculo. Nem sempre, entretanto, os preços de tabela são usados como referência para a publicidade oficial. Informações do departamento comercial de um dos jornais locais dão conta de que, quando o cliente é o governo, o preço de tabela subitamente sobe - ou o índice de desconto desce. O teor da propaganda divulgada desde o sábado, 24, repete em bem mais espaço o conteúdo do "balanço geral" que ocupou dez páginas no dia 19. Repete, também, o hábito de não citar as promessas con-

tidas no Plano SIM (programa de governo da União por Santa Catarina) - deixa de lado o "dito" do slogan "dito e feito".

Os jornais faturaram bem com o governo no mês de maio. O Estado, tido como o veículo mais frágil entre os quatro jornais, arrecadou sozinho cerca de Cr\$ 688 milhões com os "investimentos" publicitários do governo. Pagaria o piso salarial de 135 jornalistas e ainda sobriaria para umas cervejas com o governado - mas não bastaria para a cobertura da viagem a Hannover e Milão.